



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 366, DE 2020

Informações ao Ministro de Estado da Economia.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, informações sobre a fila de espera do INSS para concessão de benefícios.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, informações sobre a fila de espera do INSS para concessão de benefícios.

Nesses termos, requisita-se:

1. Número de pedidos em atraso relativo a cada mês de 2020. Discriminar por tipo de benefício e tempo de atraso - maior ou menor de 45 dias.
2. Tempo médio do atraso para cada tipo de benefício.
3. Cópia do planejamento do Ministério da Economia, inclusive com possíveis alterações devido à pandemia da Covid-19, para zerar a fila de espera, com cronograma e acompanhamento de execução do planejamento.
4. Detalhamento sobre o processo de contratação de profissionais temporários:
 - Qual a data prevista para o início do trabalho dos novos contratados?



SF/20582.12422-26 (LexEdit)

- Qual a distribuição dos profissionais pelo país?
- Qual a forma de trabalho dos analistas de processo de concessão de benefícios: presencial ou remota? As estratégias de isolamento social devido à pandemia adotadas por Estados e Municípios poderá impactar o trabalho dos temporários, especialmente, o de analistas de processo? Se sim, qual a estratégia do Ministério para mitigar essa situação.

5. Estimativa de custo extra com a contratação de temporários e com as possíveis indenizações e correção monetária dos valores devidos aos beneficiários que tiveram os benefícios concedidos com atraso.

JUSTIFICAÇÃO

Em janeiro de 2020, foi amplamente divulgado que o INSS tinha uma fila de espera de quase dois milhões de benefícios a serem analisados, incluindo auxílio-doença e salário-maternidade. À época, o Governo de Bolsonaro alegou que a fila de atrasos no INSS seria consequência de um volume de pedidos de benefícios muito acima do esperado[1] e que o sistema não ainda não estava adaptado para as novas regras previdenciárias[2].

Passados meses, tem-se conhecimento de que ainda 1,1 milhão de brasileiros ainda sofrem na fila de espera do INSS[3].

Se o atraso já era um desastre, em tempos de pandemia e indicativos de forte recessão econômica e caos social a situação é ainda mais dramática.

Dessa forma, faz-se imperioso obter informações sobre o atraso no INSS, exercendo o Senado seu papel constitucional de fiscalizador do Poder Executivo federal.

[1] <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/09/reforma-da-previdencia-inss-ve-corrida-pela-aposentadoria-e-nega-mais-da-metade-dos-pedidos.ghtml>

[2] <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/09/inss-com-falhas-e-sistema-travado-pedidos-de-beneficios-se-acumulam-e-fila-de-espera-chega-a-meses.ghtml>

[3] <https://agora.folha.uol.com.br/grana/2020/05/11-milhao-de-brasileiros-ainda-sofrem-na-fila-de-espera-do-inss.shtml>

Sala das Sessões, 6 de maio de 2020.

Senador Rogério Carvalho
(PT - SE)
Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal

